

A metodologia prosopográfica aplicada às fontes medievais: reflexões estruturais*

The prosopography methodology applied to the medieval sources: structural reflections

Fátima Regina Fernandes

Professora associada
Universidade Federal do Paraná
lxa90@hotmail.com
Rua General Aristides Athayde Jr, 673, ap. 201 - Bigorrião
80.730-370 - Curitiba - PR
Brasil

Resumo

A metodologia prosopográfica tem seu lugar no campo historiográfico das relações de poder régio-nobiliárquicas medievais, e uma potencialidade de utilização em praticamente todas as áreas da historiografia. É uma metodologia básica que passou por processos de atualização, acompanhando as discussões das correntes historiográficas na diacronia histórica, tendo, portanto, um percurso que deve ser apresentado. Os desafios atuais demandam ainda uma análise crítica das vantagens de uma aplicação criteriosa de seu método, bem como dos perigos que rondam as conclusões alcançadas a partir de simplificações ou deformações do mesmo. Este trabalho busca, assim, apresentar uma metodologia ainda pouco conhecida junto à historiografia brasileira, acrescentando alguns debates esclarecedores das vantagens de se fazer a prosopografia medieval ibérica numa posição de suficiente afastamento dos compromissos e vínculos que hoje envolvem a academia europeia, na busca pelas origens medievais da Europa.

Palavras-chave

História medieval; Prosopografia; Península Ibérica.

Abstract

The prosopography methodology has its place in the historiographical field of power relations between nobility and monarchy, especially in the medieval age, as well as its use in all areas of historical studies. It is a basic methodology that has undergone an update, followed by discussions of the historiographical diachronics, with a course that should be presented. The present challenges require a critical review of the benefits of applying its method, as well as of the threats that surround the conclusions eventually reached by simplifications or distortions of it. This article presents the methodology, which is still known by few in the Brazilian historiography, and adds some clarifying discussions on the advantages of undertaking the Medieval Iberian Prosopography from a position that is sufficiently detached from the commitments and links of the European academia, in the search for the medieval origins of Europe.

Keywords

Medieval history; Prosopography; Iberian Peninsula.

Enviado em: 29/7/2011
Aprovado em: 30/8/2011

* Pesquisa financiada por bolsa de PQ/ CNPq.

O ofício do historiador implica no domínio de habilidades, técnicas e metodologias que estão em constante atualização, devida em boa parte aos avanços das novas tecnologias de informação, catalogação e divulgação de dados. A aplicação da prosopografia às fontes históricas não chega a ser uma novidade para os pesquisadores medievalistas, mas merece ainda algumas reflexões que permitam uma exploração eficiente desses materiais, respeitando a sua especificidade de forma e conteúdo. Assim, dispomo-nos a oferecer a este espaço de debate científico uma discussão sobre as potencialidades e também limites de aplicação dessa metodologia às fontes medievais portuguesas, âmbito de nossa experiência de pesquisa há duas décadas. Far-se-á necessária uma prévia reflexão historiográfica sobre os seus antecedentes e os rumos de desenvolvimento atual dessa metodologia, seguida de reflexões estruturais sobre as relações de poder de natureza sociopolítica que presidem o panorama das monarquias medievais, a portuguesa e a ibérica em geral.

Começemos por uma breve apresentação da história da prosopografia, etimologicamente identificada nos dicionários como descrição dos traços fisionômicos, da figura, do porte de uma pessoa. Muitas vezes confundida com a biografia, assemelha-se, no entanto, a uma sociografia, visto que a tarefa do prosopógrafo é a construção da biografia coletiva de um conjunto de indivíduos com aspectos comuns comparáveis, sejam eles o estrato social, função, atividades ou cargos. Distingue-se, portanto, da biografia no que se refere ao foco e à amplitude da proposta.

12

A prosopografia foi inicialmente utilizada para apresentar e destacar indivíduos ilustres formadores de uma consciência moral, com a tarefa de orientar os jovens em relação aos valores autorizados e reconhecidos em sua época, ou seja, como uma proposta de formação edificante que aparece nas obras onde o termo é aplicado. Os tratados de *uiris illustribus* não seriam naturalmente uma novidade, e apresentam essa mesma pretensão; no entanto, Jacqueline Lalouette localiza no século XVI a identificação de obras deste gênero de espelhos de nobres ou de príncipes com o termo prosopografia. No século XIX, reaparece no procedimento de obras dedicadas ao estudo do mundo clássico, mas foi apenas em 1897 que um dos mais eminentes eruditos alemães envolvidos no estudo da antiguidade clássica no século XIX, Theodor Mommsen, empregou pela primeira vez na contemporaneidade o termo prosopografia na obra *Prosopographia Imperii Romani*, editada pela Academia Real da Prússia, auxiliado por Elimar Klebs, Hermann Dessau e Paul von Rhoden, na qual são apresentadas as trajetórias dos senadores, legionários ligados aos príncipes e suas cortes.

No entanto, na grande refundição da obra realizada por E. Groag e A. Stein em 1923, alargavam-se os critérios de inclusão, mas também manifestava-se o interesse em resgatar um passado romano imperial que justificaria as pretensões prussianas no século XIX. Outros seguiram o modelo das obras de Mommsen e focaram seus interesses prosopográficos na República romana, como Gelzer e Munzer entre 1912-1920, e os eruditos ingleses da década de 30 do século XX. A ideia básica foi muitas vezes retomada ao longo do século XX e, em

1950, transformou-se num projeto de prosopografia debruçado sobre o Baixo Império que envolveria a Universidade de Cambridge sob a direção de Jones, Martindale e Morris, a Academie des Inscriptions et Belles-Lettres e o CNRS sob a direção de Henri Marrou e André Mandouze. A primeira publicação de resultados em 1971 do *The Prosopography of the Later Roman Empire* consolidou o sucesso da metodologia que já tinha começado a difundir-se em outros períodos históricos (LALOUETTE 2006, p. 55-74).

Trabalhos da mesma natureza voltados para os recortes medievais vêm sendo desenvolvidos em quase todos os meios historiográficos europeus, já há várias décadas (AUTRAND 1986; AURELL 2001). Um nome que não se pode deixar de referir nesses estudos de base prosopográfica é o de Salvador de Moxó, cuja produção na década de 60 do século XX aborda a nobreza medieval castelhana (MOXÒ ORTIZ DE VILLAJOS 1969). É, sem dúvida, um campo cujo reflorescimento na Espanha se deve ao empenho de Miguel-Angel Ladero Quesada, orientador de vários trabalhos de idêntica raiz prosopográfica. Na França, uma das mais insignes seguidoras dessa linha é Marie-Claude Gerbet (1989),¹ abordando a análise das estruturas sociais urbanas da Extremadura castelhana nos fins do século XV e inícios do século XVI, cujos trabalhos têm servido de guia àqueles que seguem na mesma linha de análise (GERBET 1997). Um projeto que reúne Alain Demurger, Jean-Philippe Genet e Françoise Autrand, entre outros, sob a direção de Bernard Guenée, intitulado *Traitement automatique des sources du Bas Moyen Age* merece aqui destaque pela modernidade e seriedade das propostas, tendo se desenvolvido junto ao CNRS (AUTRAND 1980).² Os reflexos dessa linha de análise em Portugal manifestam-se nos trabalhos de Leontina Ventura sobre a nobreza de Corte no reinado de Afonso III (VENTURA 1993) e Armando Luís Carvalho Homem (HOMEM 1990; GOMES 1995), tentando identificar os mecanismos de poder da monarquia medieval portuguesa na Idade Média. É nesta linha que me insiro desde minha tese doutoral, orientada pelo eminente historiador português Humberto Baquero Moreno, bem como pela atuante estudiosa na mesma linha, Cybele Crossetti de Almeida (ALMEIDA 2000, 2009; FERNANDES 2003, 2008), que vem divulgando esta metodologia prosopográfica na academia brasileira.

Uma boa síntese dos princípios norteadores dessa metodologia foi feita por Christophe Charle:

[...] definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica

¹ A sua tese doutoral, *La Noblesse dans le Royaume de Castille: étude sur les structures sociales en Estremadure de 1454 à 1516*, foi traduzida para o castelhano em 1989 sob o título *La Nobleza en la Corona de Castilla: sus estructuras sociales en Extremadura (1454-1516)*.

² Na base bibliográfica digital *Persée* (www.persee.fr), encontram-se inúmeros trabalhos nos quais se podem consultar os resultados de pesquisas prosopográficas sobre as realidades medievais da cristandade latina e mesmo do Al-Andaluz, muitos deles apontando as possibilidades de utilização da informática ao serviço desta metodologia, especialmente no que diz respeito à organização da base de dados biográficos. Existe também uma revista digital, *Medieval prosopography* editada pelo Medieval Institute Publications da Western Michigan University, Kalamazoo, EUA, disponível em formato digital no seguinte endereço: www.wmich.edu/medieval/mip/journals.

social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise (CHARLE 2006, p. 41).

A prosopografia, portanto, é um método que se insere na linha de História Social das Instituições, na História das Relações de Poder, na Sociografia das Monarquias e, num âmbito maior, na História do Poder. No período que é objeto deste estudo, os poderes de natureza pública encontram-se ainda em consolidação e o poder político apresenta fortes conotações pessoais no sentido da possível influência de fatos individuais, pessoais, privados nas decisões ditas de caráter público, tal como acontece nas decisões régias. Daí a importância de buscarmos na célula da tessitura social que cerca os monarcas a base para compreendermos os possíveis fatores de influência das políticas régias, e para descortinarmos os mecanismos de poder mais intrínsecos à corte régia medieval dos monarcas a serem estudados.

Em nossos muitos estudos, privilegiamos as relações régio-nobiliárquicas no reinado de Fernando (1367-1383), último monarca da primeira dinastia portuguesa de Borgonha, também designada de Afonsina. Recorte que nos levou a estudar a sociedade política que cercava não apenas esse rei, mas também aquele que imediatamente o antecedeu, Pedro I, e aquele que lhe sucedeu, João I de Avis. E isso porque muitos dos indivíduos analisados pela sua relevância sociopolítica no reinado fernandino tiveram importância antes e depois do desaparecimento de Fernando; portanto, suas trajetórias não poderiam ser interrompidas pelo início ou fim de um reinado.

14

Assim, feita uma breve introdução sobre o aspecto formal da prosopografia, a partir daqui apresentamos de forma aplicada, num estudo de caso, o trajeto desta pesquisa e as reflexões que ela impõe aos pesquisadores à luz dos critérios prosopográficos e do contexto histórico específico da problemática escolhida. Os eixos de relacionamento serão a sociedade política e a instituição monárquica, num diálogo concorrencial e francamente complementar que caracteriza as realidades ibéricas medievais.

A sociedade política (GENET 1999) baixo-medieval, correspondente aos eixos de apoio e concorrência sociopolítica desse poder régio, construído teoricamente, constituem parte desse poder monárquico. São seu campo de aplicação e o termômetro das necessárias adaptações e atualizações desse discurso legitimador, sob o risco de ser considerado desnecessário, desligado da realidade. A dimensão sociopolítica do poder régio é que lhe dá pertinência, justifica-o e concretiza-o.

E isso porque o homem medieval, seja ele nobre ou vilão, identifica-se não enquanto indivíduo, mas apenas enquanto grupo. A solidariedade de grupo funcionava como elemento estabilizador da sociedade medieval e, no que tange à nobreza, como meio de defesa e continuidade da sua posição de privilégio. Daí que os estudos prosopográficos dedicados à medievalidade se iniciem com a reconstituição das trajetórias dos indivíduos pertencentes a esses grupos privilegiados, identificando, caso a caso, os critérios definidores da sua

supremacia, bem como as bases de relacionamento desse elemento com um nível de poder central que lhe esteja direta ou indiretamente relacionado – no nosso caso, a monarquia.

Trata-se de um método que parte da elaboração de séries neutras de indivíduos e famílias, contemplando uma ampla coleta de dados biográficos e a posterior reconstituição de trajetórias individuais no lapso cronológico definido. Um trabalho de recuperação difícil, dada a natureza e a forma das fontes medievais, e que exige uma constante crítica interna dos documentos utilizados. Exige-se uma exposição dos dados disponíveis a variáveis que vão desde a posição na linhagem, as relações familiares e matrimoniais, inclusive com a Casa régia, região de preferencial estabelecimento, passando pela natureza e frequência dos benefícios régios, entre outras. A essa base biográfica, aplica-se uma abordagem analítica e de correlação de dados com o contexto: leis gerais, o deflagrar de guerras, o estabelecimento de pazes, os casamentos régios e assim por diante, juntamente com os dados de todos os outros indivíduos registrados. Trata-se de uma reinterpretação dos dados individuais à luz do contexto geral, permitindo-nos desvendar os mecanismos de poder implícitos às relações que se estabelecem entre as forças sociopolíticas. É a partir do cruzamento desses dados que podemos extrair perfis e padrões de atuação e comportamento no jogo de poder que implica na dicotomia, na aproximação/afastamento do poder central, e no estabelecimento de momentos chave de concessão e expurgo, entre outros.

Esse método exige o recurso a um amplo leque de fontes, capaz de enriquecer a base biográfica e o conhecimento do contexto. Além disso, constitui-se enquanto metodologia que exige um frequente recurso à interdisciplinaridade, nomeadamente à antropologia, sociologia, geografia, paleografia, linguística histórica e informática, a fim de preencher lacunas na interpretação e organização dos dados.

Um estudo que privilegia as linhagens a partir da problemática levantada, atendendo-se ao contexto do recorte e seus valores predominantes, não é uma escolha arbitrária do historiador e sim o respeito à natureza personalista das relações de poder no nível das cortes régias na baixa Idade Média portuguesa. No entanto, essas linhagens não se encontram cristalizadas no tempo; são mutáveis, encontram-se em transformação em suas estruturas organizantes, importando, assim, ao pesquisador do século XXI conhecer essas evoluções / transformações movidas pelas demandas contextuais. O conhecimento dos mecanismos de atualização, bem como os critérios internos de introdução, reconhecimento e rejeição dessas estruturas linhagísticas é apenas o começo de um trabalho que se pretenda prosopográfico debruçado sobre as linhagens medievais.

Assim, devemos lembrar que os diferentes níveis de acesso às fontes de poder, recursos econômicos, proteção régia e poder militar promovem uma estratificação interna nessa nobreza que ultrapassa as categorias tradicionais de ricos-homens, infanções e cavaleiros. Vários fatores intervêm nessa

estratificação; destaquem-se em primeiro lugar a posição dos indivíduos dentro da sua própria linhagem e as relações de parentesco que possuem e estabelecem com outras linhagens. Daqui, importa descortinar se os indivíduos estudados são primogênitos ou secundogênitos, a fim de se saber o nível de recursos de que dispõem para fazer valer sua autoridade. Isso porque a adoção, a partir da segunda metade do século XI, do sistema de sucessão patrimonial agnático, privilegiando os primogênitos em relação à herança, cria excedentes entre os descendentes das linhagens, os quais funcionarão desde então como agentes propícios ao apoio da monarquia frente às pretensões dos primogênitos das mesmas famílias. Pesam ainda, entre os fatores estratificantes da nobreza medieval portuguesa, as relações de dependência pessoal de natureza vassálica, que constituem, nos finais da Idade Média, importantes mecanismos de vinculação e proteção para o dependente, e de autoridade e projeção sociopolítica para o senhor.

Interessa-nos ainda, no estudo das linhagens, detectar fatores e critérios de análise que especifiquem os espaços de inter-relação linhagística, e que nos permitam extrair conclusões que extrapolem o nível do individual. Busca-se, assim, detectar estratégias de estabelecimento e sobrevivência, criadas pelos secundogênitos, as quais incluam migrações para outros reinos. Esse fator se prenuncia na frequência de circulação de elementos da alta nobreza, especialmente entre os reinos ibéricos, a qual se fortalece ainda mais em nosso contexto, com as partidarias internas de cada reino em relação aos blocos conflitantes na Guerra dos Cem Anos.

16

Torna-se fundamental também identificar a natureza e a frequência das inter-relações linhagísticas, análise que inclui o estudo dos sistemas matrimoniais predominantes: o exogâmico, endogâmico ou variado. Neste ponto, cabe ressaltar a inestimável valia do recurso às fontes genealógicas portuguesas, o *Livro velho*, o *Livro do Deão* e o *Livro de linhagens do Conde D. Pedro*. Os dois primeiros, completados pelo autor do último, Conde Pedro de Barcelos à volta de 1344, integrando com essa obra a genealogia das principais famílias portuguesas nobres de sangue de seu período com a genealogia dos agentes da Reconquista ibérica. Esse material constitui um poderoso suporte ideológico da nobreza, na medida em que a recuperação das suas origens marcaria a superioridade e a autonomia desse grupo frente às pretensões da monarquia. Tal obra define bem, por meio de exemplos históricos, que a sociedade política consciente de seu valor tinha uma função de cooperação governativa que incluía até mesmo a repreensão e rebeldia em relação ao rei em casos justificáveis, onde o mal maior seria o rompimento de uma fidelidade jurada ou a traição em relação ao conjunto do corpo nobiliárquico. Essa fonte sofreria duas refundições posteriores: uma em 1360-1365 e outra em 1380-1383, no decurso das quais seriam interpolados, por iniciativa dos Pereira, narrativas e dados que projetariam essa linhagem no panorama nobiliárquico português e ibérico (MATTOSO 1987, 1992; FERNANDES 2006).

Assim, a partir do indivíduo, chega-se à sociografia do reino e, na comparação horizontal das trajetórias, desvendam-se os mecanismos de promoção vertical das carreiras ou funções. Jogando com todos esses elementos, reconstitui-se o contexto que intervém diretamente no tipo das perguntas específicas a se buscar nas fontes, agente condutor ou vítima desse substrato sociopolítico.

Na Idade Média, observamos uma tendência a que a sociedade política influencie de forma importante a orientação da política régia. Em geral, as conclusões da historiografia apontam num sentido contrário, no qual os reis imporiam sua vontade individual aos súditos. Não é isso que constatamos com a prosopografia. Outros estudos correlacionados explicam essa posição de certa dependência dos reis em relação à sua vontade política: os estudos que reforçam a natureza personalista do poder durante toda a Idade Média. Nos séculos XIV e XV, observa-se a dialética própria das épocas de transição, convivência de estruturas personalistas como o Conselho Régio e a escolha pessoal dos principais ocupantes dos cargos pelo rei, com tendências flagrantes de centralização, como os corregedores e a administração cada vez mais impessoal e rígida aplicada às bases municipais vilãs. O rei, educado à luz dos Espelhos de Príncipes, forma-se modelarmente como aquele que tem obrigação moral de controlar suas vontades individuais, um modelo aplicado a partir da lei e do predomínio da vontade coletiva em nome do bem comum. É a partir desse modelo que os reis serão cobrados em sua atuação, seja pelas Assembleias de Cortes, seja pelos seus mais próximos servidores. Um modelo elaborado por eruditos eclesiásticos que, desde o século XII, constroem o perfil ideal régio a partir de uma ética cristã. Nos séculos finais da medievalidade, os legistas laicos e de extração burguesa convertem esse modelo em um perfil um pouco mais utilitarista e pragmático, mas, ainda assim, limitador das suas potenciais arbitrariedades. Afinal, a centralização é demandada por todos; o que não se gosta são as inevitáveis contrapartidas que ela traz em seu bojo.

É aqui que vêm dar as pesquisas prosopográficas que trabalham as origens medievais do Estado Moderno (AUTRAND 1986; COELHO e HOMEM 1999), numa perspectiva – se me permitem o trocadilho – um tanto retrospectiva de análise na qual o foco, mesmo que inconsciente, parece estar na modernidade, e numa instituição madura como o Estado moderno, do qual dever-se-ia buscar a origem na medievalidade. Colocam-se no microscópio as rígidas estruturas impessoais e institucionais do mundo moderno e contemporâneo, e tenta-se ver de onde elas saíram. Com percepções demandadas, como sempre, pela contemporaneidade, o século XXI reacende na historiografia europeia antigos debates sobre as origens da Europa, quando ela nasce, e quais são os seus substratos. A Idade Média, um pouco como na época de Michelet e das demandas pelo Estado moderno francês, alemão e inglês, serve ainda como matriz dos reinos que evoluiriam para Estados, e é por isso que se busca aí a terra das origens. Os nacionalismos e romantismos do século XIX descaracterizaram a verdadeira Idade Média, tornando-a funcional aos seus objetivos contemporâneos. O mundo clássico, especialmente o mundo romano,

veria promovido o destaque idealizado ao chamado Império, cuja base institucional seria muito mais tênue e débil do que a estrutura republicana, mas cujo modelo servia melhor às construções politicoideológicas da modernidade. No entanto, ao sucumbir à barbárie, perderia alguns elementos argumentativos indispensáveis à sua utilização.

Assim, a preocupação atual de muitos historiadores medievalistas em definir a identidade matriz da Europa naturalmente tem a ver com a atual necessidade de saber até onde vão as fronteiras da comunidade europeia. Bem, nesse ponto, devemos considerar que a prosopografia, mais do que um instrumento de reforço de identidades generalizantes de base francogermânica cristã, tem demonstrado todo o contrário. Os estudos, cujos recortes atendem geralmente a um espaço geográfico definido, apontam mais no sentido da diversidade de origens, da especificidade de modelos e funções que têm demonstrado, na comparação, a existência de várias Europas, várias bases etnoculturais e religiosas em convivência integrada, especialmente em espaços como a Península Ibérica, ou no reino das Duas Sicílias, onde se observa uma síntese das tradições clássicas com a judaica, cristã, islâmica e autóctone.

Quase sempre falamos de realidades bastante complexas, cuja análise prosopográfica mostra bem essa riqueza de diversidade, com perfis extraídos de modo comparativo que ultrapassam os limites dos modelos idealizados. No entanto, os historiadores devem notar que se trata de uma metodologia complexa e que exige ampla experiência de pesquisa, pois se impõe o manuseio de todos os tipos de documentação e o conhecimento das especificidades de construção das fontes chancelares, narrativas, cronísticas, jurídicas, enfim, todas que tragam informações capazes de alimentar a base de dados das trajetórias individuais. E mais, uma metodologia que exige a reflexão teórica e metodológica específica no momento de comparar os dados individuais, para que não ocorra corrupção ou distorção dos elementos retirados das fontes em nome dos mecanismos comparativos. Os focos devem ser diluídos e a voz deve ser dada às fontes considerando-se suas datas e contextos de produção, bem como os seus fins declarados ou subliminares.

Impõem-se, agora, depois de tudo que já foi dito, algumas reflexões sobre os limites e perigos de aplicação dessa metodologia, os equívocos mais comuns e que devem ser evitados em nome dos critérios científicos prescritos pela prosopografia (VERGER 1986).

Deve-se ainda considerar que a documentação medieval disponível apresenta-se em alguns casos francamente lacunar, incompleta, por vezes insuficiente, dispersa e desordenada, o que parece frustrar as expectativas de aplicação de mecanismos tão precisos de natureza prosopográfica. No entanto, devemos considerar que esse não é um condicionalismo exclusivo dos prosopógrafos, e que essa é uma metodologia que bem explora o potencial dos materiais disponíveis.

Em termos de resultados alcançados, atinge-se um conhecimento do grupo estudado no nível da sua constituição e composição, das origens sociais e

geográficas, idades, perfis de carreira, formação educacional, fortuna, vinculações familiares e políticas, entre outras. Promove-se, assim, o conhecimento do funcionamento concreto do aparelho político em todos os níveis, permitindo uma renovação da história política e institucional mais tradicional, prisioneira dos textos legislativos, jurídicos e administrativos. Dá vida concreta, humana, às instituições, ainda que elas sempre se esforcem por ser cada vez mais impessoais, e apesar de serem sempre os homens que elaboram e mantêm as instituições.

Ainda em relação aos resultados, devemos considerar que as escolhas de recorte, grupo ou função por parte de um historiador contemporâneo transformam a base de dados recolhida num objeto histórico de potencial estudo futuro.

Defendemos, no entanto, que a prosopografia é uma metodologia de base, de raiz, a partir da qual se deve fazer uso de outros mecanismos de análise complementar dos repertórios recolhidos e trajetórias reconstruídas. A história se beneficia amplamente da utilização inicial dessa metodologia em todos os trabalhos especialmente ligados à história do poder, em suas vertentes política, institucional, social, econômica, cultural e das ideias. Preconiza-se, ainda, a necessária aplicação e o diálogo das trajetórias com o contexto específico, sujeito a um recorte temático e cronológico justificável e com uma instituição, seja ela uma monarquia, ordem regular, governo municipal ou qualquer outra que tenha pertinência real na compreensão do funcionamento da realidade estudada.

Por fim, torna-se indispensável a integração comparativa entre trabalhos de pesquisadores prosopógrafos de base, para que se construam panoramas mais extensos, identificando fenômenos mais amplamente válidos sob risco de generalizar resultados específicos de grupos, funções ou territórios bem definidos a realidades mais complexas e extensas. No fundo, trata-se de estudos coletivos de caso, a prosopografia comparada de que nos fala Christophe Charle (2006). São visões complementares que, em conjunto, projetam uma importante reconstituição das instituições ou realidades em funcionamento, compondo uma bela síntese dos objetivos buscados com a aplicação da metodologia prosopográfica. Conclusões nas quais as generalizações são minimizadas, onde os perfis extraídos escapam das idealizações e aproximam-nos de uma realidade histórica plena de contradições e falhas, e, por isso mesmo, muito mais humana e mais próxima das realidades medievais.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Topografia e estratificação social: representações e mecanismos de poder na cidade medieval, **Revista Anos 90**. Porto Alegre, UFRGS, 14 (2000): 294-311.

_____. Uma introdução ao método prosopográfico: fontes e questões para pesquisa. In: PINTO, Celi Regina; GUAZZELLI, Cesar Augusto (orgs.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2009.

AURELL, Martin (ed.). **Le médiéviste et la monographie familiale: sources, méthodes et problematiques**. Turnhout: Brepols, 2001.

AUTRAND, Françoise. Prosopographie et histoire de l'état. In: RITTER, Gerhard A (ed.). **Aspects de la recherche historique en France et Allemagne: tendances e methods.** Göttingen, 1980, p. 43-53.

_____. (ed.). **Prosopographie et genese de l'État Moderne:** actes de la table ronde organisée par le Centre National de la Recherche Scientifique (1984). Paris: Centre National des Lettres e Centre National de la Recherche Scientifique, 1986.

_____. Y-a-t-il une prosopographie de l'État medieval? In: _____ (ed.). **Prosopographie et genese de l'État Moderne:** actes de la table ronde organisée par le Centre National de la Recherche Scientifique. Paris: Centre National des Lettres e Centre National de la Recherche Scientifique, 1986, p. 9-18.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 41-53.

COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís Carvalho (orgs.). **A gênese do estado moderno no Portugal tardo-medieval (sécs. XIII-XV).** Lisboa: Universidade Autónoma, 1999.

FERNANDES, Fátima Regina. Os exílios da linhagem dos Pacheco e sua relação com a natureza de suas vinculações aos Castro (segunda metade do século XIV), **Cuadernos de historia de España**, LXXXII (2008): 31-54.

20

_____. **Sociedade e poder na Baixa Idade Média portuguesa.** Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2003.

_____. Estratégias de legitimação linhagística em Portugal nos séculos XIV e XV, **História:** revista da Faculdade de Letras, Porto, FLUP, III série, vol. 7 (2006): 263-84.

GENET, Jean-Philippe. La genèse de l'État Moderne: genèse d'un programme de recherche. In: COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís Carvalho (orgs.). **A gênese do estado moderno no Portugal tardo-medieval (sécs. XIII-XV)** Lisboa: Universidade Autónoma, 1999, p. 21-51.

_____. Prosopographie et Genese de l'État Moderne. In: AUTRAND, Françoise (ed.). **Prosopographie et genese de l'État Moderne:** actes de la table ronde organisée par le Centre National de la Recherche Scientifique. Paris: Centre National des Lettres e Centre National de la Recherche Scientifique, 1986, p. 9-12.

_____. A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (sécs. XIII-XIV). In: _____. **Portugal Medieval:** novas interpretações. Lisboa: INCM, 1992, p. 309-329.

MOXÒ ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador de. De la nobleza vieja a la nobleza nueva. **Cuadernos de história** (anexos da Revista Hispania), 3 (1969): 1-210.

VENTURA, Leontina. **A nobreza de Corte de Afonso III**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, 2v.

VERGER, Jacques. Conclusion. In: AUTRAND, Françoise (ed.). **Prosopographie et genese de l'État Moderne**: actes de la table ronde organisée par le Centre National de la Recherche Scientifique. Paris: Centre National des Lettres e Centre National de la Recherche Scientifique, 1986, p. 345-355.